

PROJETO DE LEI 3.167/2008¹
(Apensados: PL nº 3.749/2008 e PL nº 6.756/2010)

1. Síntese da Matéria: O projeto em dispõe sobre o fornecimento de medicamentos para portadores de doenças crônicas de baixa prevalência ou rara a pacientes da rede pública de saúde e dá outras providências.

2. Análise: Constitucionalmente a saúde é direito de todos e dever do Estado (cf. art. 196 CF). Em relação à assistência terapêutica, cabe ao Ministério da Saúde, na forma prevista na Lei nº 8.080/1990, a incorporação, a exclusão ou a alteração de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica.

A proposta obriga o Poder Público a fornecer “*medicamentos*” a portadores de doenças crônicas de baixa prevalência ou rara da rede pública de saúde, sem considerar as exigências da legislação vigente², que segue a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Tal determinação ampla tem aptidão para ampliar despesas públicas de natureza continuada.

Prevê ainda modelo de financiamento próprio que, apesar de atender a determinação constitucional de cofinanciamento da saúde pelas três esferas, desatende o disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 141/2012. Segundo o referido dispositivo, o custeio federal deve ser pactuado na comissão intergestores tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. A proposta é apta a gerar gastos que se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado³, nos termos do art. 17 da LRF e art. 132 da LDO 2024.

Apensados e Substitutivo CSSF: O PL nº 3.749/2008, estabelece a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de artrose, artrite reumatóide, e enfermidades relacionadas. a proposta conflita com a legislação vigente e cria/majora despesas obrigatórias de natureza continuada, sem a devida estimativa e compensação.

O PL nº 6.756/2010 institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes, mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde. De forma semelhante ao PL nº 3.749, de 2008, a proposta implica criação de despesa obrigatórias de natureza continuada, sem a devida estimativa e compensação.

O Substitutivo CSSF prevê que farmácias ou drogarias realizem dispensação a pacientes SUS de medicamentos adquiridos pelo SUS e de medicamentos adquiridos pelas próprias entidades aquisição. Em qualquer caso, a proposta prevê o pagamento e reembolso por tais serviços. Em que pese a intenção da proposta, o procedimento gera despesa não estimada, sendo aplicáveis as observações anteriormente feitas à proposta original.

De forma semelhante à proposta original, o Substitutivo também antecipa o modelo de rateio das despesas, contrariando o disposto na LC nº141, de 2012.

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.

² Conforme art. 28 do Decreto nº7.508, de 2011, que regulamenta a Lei Orgânica do SUS

³ Art. 17. *Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.* (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)



3. Dispositivos Infringidos: art. 113 ADCT; art. 17 LRF; art. 17 da LC 141/2012; art. 132 da LDO 2024

4. Resumo: As propostas criam/majoram despesas obrigatórias sem estimar o impacto financeiro e apresentar a devida compensação.

Entretanto, as emendas de adequação nº 01, 02 e 03 apresentadas na CFT ao PL nº 3.167, de 2008, sanam tais aspectos, deixando de haver implicação financeira ou orçamentária da proposta.

De forma semelhante, as subemendas de adequação nº 01 e 02 apresentadas na CFT ao Substitutivo da CSSF ao PL nº 3.167, de 2008, sanam tais aspectos, deixando de haver implicação financeira ou orçamentária da proposta.

O PL nº 3.749, de 2008, e o PL nº 6.756, de 2010, apresentam incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira.

Brasília, 18 de julho de 2024.

Mário Luis Gurgel de Souza

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

